



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Mendonça adota estratégia diferente da de Moraes em relação a Fachin

■ O ministro André Mendonça decidiu adotar uma estratégia diferente da de Alexandre de Moraes em relação ao presidente do STF, Edson Fachin. Mendonça fez um aceno ao chefe da Corte e afirmou compreender as medidas tomadas por ele diante da crise instalada no tribunal.

■ A sinalização ocorreu mesmo após Fachin derrubar decisões de Mendonça e de Flávio Dino relacionadas ao comando da Polícia Federal. Na prática, as medidas mantiveram Andrei Rodrigues, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à frente da corporação.

■ A avaliação de Mendonça, porém, é de que o saldo das decisões de Fachin foi favorável a ele no embate com Moraes.

■ Isso porque o presidente do STF retirou das mãos de Moraes o inquérito das fake news, aberto em 2019 e relatado pelo ministro desde então. Ao longo dos últimos sete anos, nomes como Elon Musk, Luciano Hang, Jair Bolsonaro e integrantes do Partido da Causa Operária (PCO) estiveram entre os alvos de medidas tomadas no âmbito da investigação e de procedimentos relacionados.



Avaliação de Mendonça é de que o saldo das decisões de Fachin foi favorável a ele

■ Mais recentemente, Moraes tentou incluir o próprio Mendonça em uma frente de investigação. Fachin, no entanto, suspendeu a medida e determinou uma reavaliação do alcance dos poderes conferidos a Moraes no inquérito.

■ O presidente do STF também marcou para a próxima terça-feira a análise, pelo plenário da Corte, sobre a abertura de uma investigação envolvendo Moraes diante das suspeitas relacionadas ao Caso Master.

■ Nesse cenário, Mendonça procurou Fachin e agradeceu pela condução adotada pelo presidente do Supremo.

■ Moraes, por outro lado, prepara uma reação pública. O ministro ensaia um pronunciamento para se contrapor a Fachin e defender o inquérito das fake news.

■ Além disso, Moraes avalia apresentar novas acusações envolvendo André Mendonça e os ministros Luiz Fux e Nunes Marques.

PF diz que Mário Frias encabeça 'núcleo político' de organização criminosa investigada

■ A Polícia Federal (PF) aponta o deputado federal Mário Frias (PL) como figura central de uma suposta organização criminosa investigada por desvio e ocultação de recursos públicos. Para os investigadores, o parlamentar teria ido além da indicação de emendas e participado ativamente da estrutura financeira sob apuração.

■ “Essa circunstância faz com que ele transcenda a condição de mero autor de emendas parlamentares posteriormente desviadas por terceiros, e coloca o parlamentar como participante ativo da engrenagem financeira sob investigação”, afirma a PF.

■ Na sequência, os investigadores afirmam haver “fortes indícios de uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas”.

■ A conclusão consta da investigação

que levou à operação autorizada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), contra Frias e outros investigados.

■ A PF investiga a destinação de recursos públicos por meio de emendas parlamentares e as relações entre o deputado, empresas e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade que recebeu recursos indicados pelo parlamentar.

■ Um dos episódios analisados envolve uma emenda de R\$ 1 milhão indicada por Frias ao ICB para um projeto de empreendedorismo. A investigação apura se recursos públicos destinados à iniciativa foram desviados.

■ A apuração também alcança empresas relacionadas ao instituto e à produção de Dark Horse, filme sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro. Frias é roteirista e produtor-executivo da obra.



Frias produziu filme sobre Bolsonaro

■ A PF identificou ainda R\$ 645,4 mil transferidos por Frias à GoUp Entertainment, responsável pelo filme. Os investigadores consideraram a movimentação incompatível com os rendimentos e créditos registrados nas contas do deputado e passaram a apurar a origem e o destino dos valores.

■ Em outra frente, a investigação identificou R\$ 154 mil da cota parlamentar de Frias destinados à Complexsys Soluções Integradas, empresa que também recebeu recursos do ICB.

Moraes autoriza irmão de Bolsonaro a fazer visitas permanentes ao ex-presidente

■ O ministro Alexandre de Moraes (STF) autorizou Renato Bolsonaro, irmão do ex-presidente Jair Bolsonaro e candidato a deputado federal pelo PL, a fazer visitas permanentes ao ex-presidente durante a prisão domiciliar humanitária. Outros quatro familiares também receberam a autorização, enquanto dois ex-assessores tiveram o pedido negado.

■ A decisão beneficia, além de Renato, Geovanna Kathleen Ferreira Lima, Maisa Torres Antunes, Suyane Lanuze Ferreira Lima e Vicente de Paulo Reinaldo.

■ Com a autorização permanente, os cinco não precisarão solicitar aval do STF a cada visita. Os encontros deverão seguir as mesmas regras do estabelecimento prisional ao qual Bolsonaro estaria vinculado e poderão ocorrer às quartas-feiras e aos sábados, das 8h às 10h, das 11h às 13h ou das 14h às 16h.

■ Moraes afirmou que, mesmo em prisão domiciliar, as visitas ao ex-presidente devem obedecer às normas do sistema prisional do Distrito Federal, incluindo a realização de cadastro prévio.

■ Por outro lado, o ministro negou o pedido da defesa para incluir Sérgio Rocha Cordeiro e Max Guilherme Machado de Moura entre os profissionais que exercem atividades de rotina na residência. Os advogados haviam solicitado que os dois integrassem a equipe de assessoramento de Bolsonaro.

■ Segundo Moraes, a autorização para a presença de terceiros na residência onde é cumprida a prisão domiciliar é “excepcional e específica” e fica limitada a profissionais que trabalham no local, profissionais de saúde e seguranças do ex-presidente.

■ O ministro determinou ainda que pedidos de visitas de pessoas que não tenham autorização permanente sejam renovados a cada ingresso na residência.

■ Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão. Em março, Moraes autorizou a prisão domiciliar humanitária do ex-presidente após sua alta hospitalar. A medida foi mantida em julho.